

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL HABEAS CORPUS N. 0808499-18.2022.8.10.0000
PACIENTE: ADOLFO PABLO MENESCAU MOURÃO IMPETRANTES: CARLOS ARMANDO ALVES
SEREJO e FRANCISCO DA SILVA FILHO AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA
VARA ESPECIAL DE CRIMES ORGANIZADOS PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DE
FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO RELATOR: JUIZ DE DIREITO SAMUEL
BATISTA DE SOUZA EMENTA PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA (ARTIGO 2º, § 2º, DA LEI N.º 10.850/2013). PRISÃO PREVENTIVA.
REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA. FATOS
IMPUTADOS AO PACIENTE E CIRCUNSTÂNCIAS DE SUA PRISÃO QUE NÃO JUSTIFICAM A
MANUTENÇÃO DA MEDIDA PROCESSUAL EXTREMA. INOCORRÊNCIA, NO CASO CONCRETO,
DE OFENSA À ORDEM PÚBLICA, ECONÔMICA, À GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL
OU À INSTRUÇÃO CRIMINAL A JUSTIFICAR O ERGÁSTULO PREVENTIVO.
DESTITUIÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO CAUTELAR QUE SE IMPÕE. ORDEM
CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Para a decretação da prisão
preventiva necessário se mostra a presença dos requisitos autorizadores
constantes do art. 312 do Código Processo Penal, quais sejam, a
demonstração da materialidade, a presença de indícios suficientes de
autoria, bem como o risco de ofensa à ordem pública, à ordem econômica, ao
regular andamento da instrução criminal ou para garantir a aplicação da
lei penal. 2. Não restando claramente evidenciado nos autos o risco
concreto que a liberdade da paciente enseja à garantia da ordem pública, à
ordem econômica, ao regular andamento da instrução criminal ou à garantia
da aplicação da lei penal, desnecessária se mostra a manutenção da prisão
preventiva do paciente questionada nesta impetração, diante da ausência
dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, pelo que deve ser
substituída por medidas cautelares diversas da prisão, conforme previsão
contida no art. 319 do mesmo diploma legal. 3. No caso em questão é
plenamente possível a imposição das medidas cautelares previstas no art.
319 do Código de Processo Penal, uma vez que tais medidas se mostram
suficientemente satisfatórias, diante das circunstâncias que motivaram a
prisão do paciente. 4. Ordem parcialmente concedida, para substituir o
ergástulo preventivo pelas medidas cautelares previstas no art. 319, CPP.
ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores
Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do
Estado do Maranhão, "UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DA DOUTA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, A PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL CONCEDEU EM
DEFINITIVO A ORDEM IMPETRADA, CONFIRMANDO A LIMINAR ANTERIORMENTE
DEFERIDA, DEVENDO O JUÍZO DE ORIGEM ACOMPANHAR AS CAUTELARES IMPOSTAS AO
PACIENTE, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR". Participaram do
julgamento os Senhores Desembargadores GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS
JÚNIOR, JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS e SAMUEL BATISTA DE SOUZA.
Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. SELENE COELHO DE
LACERDA. SESSÃO VIDEOCONFERÊNCIA DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, REALIZADA
DIA 27 DE SETEMBRO DE 2022. JUIZ DE DIREITO SAMUEL BATISTA DE SOUZA
Relator (HCCrim 0808499-18.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) SAMUEL
BATISTA DE SOUZA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 03/10/2022)